



Fotos Alencar Monteiro

Aureliano e Ulysses querem concentrar esforços na votação da nova Constituição

ANC 88

Pasta 08 a 15

Abril/87

103

PMDB e PFL acertam trégua pela Constituinte

CARLOS CHAGAS

Uma trégua entre o PFL e o PMDB, com possibilidade de ser levada aos demais partidos e forças políticas, foi acertada sábado à noite, em demorado encontro entre o ministro Aureliano Chaves e o deputado Ulysses Guimarães. Para eles, importa deixar para mais tarde as disputas secundárias, concentrando-se os esforços na votação da nova Constituição. Os dois são possíveis candidatos à Presidência da República, pelos respectivos partidos, mas concluíram que essa e outras questões, se apresentadas agora, colocarão em risco o próprio regime democrático em consolidação. O importante, agora, é prestigiar a Assembleia Nacional Constituinte e preservar a autoridade do presidente José Sarney, numa espécie de integração capaz de levar o mais depressa possível à promulgação da nova Carta. Só depois deverá abrir-se a temporada das disputas.

Aureliano Chaves falou ao *Estado e Jornal da Tarde*, ontem, mostrando-se otimista diante da confluência de opiniões verificada entre ele e o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte: "A nova Constituição é o instrumento adequado para ordenar a vida democrática. Sem ela, tudo o mais corre perigo. Abrir disputas partidárias e pessoais, agora, isto é, sem esse instrumento, equivaleria a iniciar uma competição esportiva sem saber as regras do jogo a ser disputado. Redundaria no mínimo em coisa ridícula. Só uma Constituição democrática, com regras claras para a disputa democrática, poderá ensejar sucesso na tarefa de recomposição institucional do País".

Todo o esforço, em seu entender, deve ser voltado para o melhor e o mais rápido desempenho da Assembleia Nacional Constituinte. Para ele, um processo democrático incompleto é vulnerável. Não se pode antecipar a equação em marcha pela discussão de questões menores, de supérfluos e de transitórios. Há de se

definir os princípios fundamentais que vão pautar o futuro, e isso está acontecendo este ano. Discutir a conjuntura sem o balizamento que só a nova Constituição dará significa exacerbar a crise.

As palavras de Aureliano Chaves, se são genéricas, também têm endereço certo. Ele não engoliu a crítica dos governadores de São Paulo e de Minas Gerais, que pediram seu afastamento do Ministério por conta de observações que fez à condução da política econômico-financeira. Respondeu diretamente para eles: "Há pessoas que basta chegar ao poder para mostrar-se ineptas ao seu exercício. Nesse aspecto, fico com Mirabeau, ao aconselhar o jovem Robespierre, quando disse que a exacerbação dos princípios não constitui o mais sublime dos princípios. Tem gente querendo acobertar os próprios defeitos exteriorizando os defeitos dos outros".

Deve-se, para o ministro das Minas e Energia, concentrar forças para se abreviar a votação da nova Constituição. Torna-se necessária uma trégua entre os partidos, sem que nenhum abra mão de seus princípios e de suas idéias. Há de se discutir os grandes temas nos campos social, político, econômico e administrativo. Enquanto isso, outras questões precisam ser no mínimo adiadas. A luta interna na Aliança Democrática deve cessar. O apego e a corrida a cargos e funções não pode prevalecer. Precisamos mais do que refletir a conjuntura, pois decisões tomadas em função dela, hoje, serão inadequadas amanhã.

Disse que Ulysses Guimarães e ele concordaram plenamente com a necessidade dessa trégua, dentro de duas diretrizes fundamentais: deve-se prestigiar o papel da Assembleia Nacional Constituinte, bem como preservar a autoridade do presidente da República.

Aureliano enfatizou, também, o seu papel no processo atual. E ministro enquanto sua presença no Ministério servir para a consolidação democrática. Seu cargo está, como sempre esteve, permanentemente à disposição do presidente José Sar-

ney. Alegam, para pedir a sua cabeça, ter formulado críticas à política econômico-financeira. O que fez foram observações, que julgou de seu dever. Quando da edição do Plano Cruzado I, apresentou certas ponderações. Aliás, ainda vice-presidente da República, no Palácio do Jaburu, recebeu sugestões a respeito. Teve suas dúvidas, e, por isso, quando o presidente José Sarney as adotou, achou natural alertá-lo. Suas observações posteriores foram consequências disso: "Não tenho nada de que me arrepender. Nem refazer. O que disse está dito, e assim agi no sentido de colaborar. Tenho responsabilidade no que está acontecendo".

Conforme declarou, foi profundamente impatriótico o que alguns governadores fizeram, pedindo a cabeça do ministro da Fazenda quando ele se encontrava fora do País, representando não só o governo, mas a Nação, em delicadas negociações sobre a dívida externa. Se esses governadores discordavam, deveriam ter procurado o presidente da República, e particularmente, personalizado suas críticas. Jamais poderiam ter convocado a imprensa para isso.

Por último, Aureliano concluiu: "Sinto que querem trombar comigo. Podem vir. Estou habituado. Nunca procurei o choque, mas não tenho hábito de recuar".

Também o deputado Ulysses Guimarães falou ao repórter, ontem. Confirmou o entendimento com Aureliano Chaves e acentuou que o mais importante, em seu julgamento, é a elaboração da nova Constituição. Em termos pessoais, coloca esse objetivo em patamar muito superior à própria possibilidade de vir, no futuro, a disputar a Presidência da República. Sua maior aspiração política é poder convocar a sessão de promulgação da nova Constituição, em 15 de novembro, vendo vigorar um conjunto de princípios progressistas e acordos com as necessidades do País. Uma Constituição avançada, reformista, ainda que não revolucionária, servirá para consolidar a democracia e preparar o País para o ano 2000. Tudo o mais deve esperar.